

A Cúpula dos BRICS no Brasil e as relações entre os BRICS e a América Latina: entrevista com o Gustavo Westmann¹

Grupo de pesquisa “Economia política das relações Sul-Sul: investimentos do BRICS na América Latina”, vinculado ao LIERI²

ANA GARCIA: Em termos gerais, os BRICS passam por uma conjuntura sensível do ponto de vista econômico e político. Temos a expansão das forças de direita no Brasil e o fortalecimento delas na Índia, ao mesmo tempo, a contínua tentativa dos Estados Unidos de conter a China, via comércio e tecnologia. No contexto da presidência do Brasil nos BRICS, como você vê o futuro do agrupamento? A agenda original de reforma das instituições multilaterais (como o FMI) vai permanecer como a agenda comum dos cinco países? Quais são os efeitos da aproximação do Brasil com os Estados Unidos para os BRICS?

GUSTAVO WESTMANN: O BRICS foi cunhado a partir do Jim O’Neil. Desde 2006 ocorreram reuniões regulares, e, desde 2009, existem as Cúpulas. Os BRICS representaram uma inovação única na configuração das relações internacionais dentro de um cenário de abrangência de novos pólos, digamos assim, de potências emergentes. Ele permitiu que um

¹ Gustavo Westmann é diplomata de carreira e conselheiro político da Embaixada do Brasil Nova Delhi. Foi Chefe do Setor Econômico da Embaixada do Brasil na Indonésia e Adido Comercial do Brasil na Itália. Em 2019, esteve cedido para a Presidência Brasileira do BRICS. A entrevista foi realizada no Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da UFRRJ, em 19 de agosto de 2019.

² O grupo é formado pela professora Ana Saggiore Garcia (co-ordenadora), Alexandre Souza (mestrando em Ciências Sociais, PPGCS), Lucas Rezende (graduando em Relações Internacionais, bolsista de iniciação científica FAPERJ), Ana Carolina Aguiar (graduanda em Relações Internacionais, bolsista de iniciação científica PIBIC) e Daniela Assad (graduanda em Relações Internacionais, bolsista de iniciação científica PIBIC). O grupo agradece ao professor Pablo Ibanez (Geografia) pela intermediação e convite ao diplomata Gustavo Westmann.

agrupamento completamente inusitado surgisse. E isso foi muito interessante para todos os países envolvidos, sem qualquer exceção. O Brasil, durante a gestão Lula, deu uma atenção especial para isso porque realmente os países BRICS foram encarados como um polo ou um fórum que permite ao Brasil, primeiro, sentar à mesa com os países. O Brasil teve uma fase, durante uns dez anos, que todo mundo falou “O Brasil é a bola da vez”. Aquela capa da The Economist expressou isso. Antes, para colocar o presidente do Brasil sentado com o Putin, Xi Jinping e Modi era muito difícil. Vamos ser muito realistas, o Brasil não está na agenda de prioridades desses Presidentes. Vocês estão estudando o investimento chinês na América Latina, já devem ter percebido que o Brasil ainda é visto como uma porta de entrada para a América Latina. O país está perdendo esse papel para os países do Pacífico hoje... Então, é uma oportunidade única para o Brasil se juntar com esses países e, mais do que isso, junto com eles buscar uma agenda comum e fazer valer a sua agenda de reformas. No fim do ano passado houve uma grande reticência sobre o que aconteceria com os BRICS. Posso falar uma história de bastidor. Todo ano tem a reunião de chanceleres à margem da Assembleia Geral da ONU. Essa reunião já é presidida pelo próximo país que vai ser o presidente dos BRICS. Por exemplo, agora a Rússia vai presidir a reunião em Nova York, ela já apresenta uma pré-agenda dela e fala “na minha presidência em 2020, os temas já vão ser mais ou menos esses”. Daí tem uma reunião de sherpas em dezembro que é onde o país coloca sua pauta prioritária. O que aconteceu com o Brasil? Em razão do cenário eleitoral, foi realmente muito difícil apresentar uma agenda para o BRICS num cenário de mudança. Houve realmente uma indefinição muito grande. Mas, dentro do Itamaraty, que no fundo é quem toca a agenda dos BRICS, em nenhum momento essa “peteca” caiu. Não dá pra você deixar o BRICS morrer, ainda mais o Brasil. Se o Brasil sair dos BRICS, ele vai virar ‘RICS’ e vai continuar. Então, a gente pautou uma agenda um pouco a toque de caixa, focando naqueles

temas da Ciência, Tecnologia e Inovação, Economia Digital, aproximação do New Development Bank (NDB) com o Conselho Empresarial e combate aos ilícitos transnacionais. Infelizmente, ficou fora a parte de saúde e energia, que é onde teríamos os maiores deliverables da presidência Brasileira.

ANA GARCIA: Essa agenda de cinco pontos da Cúpula de Brasília estava definida em setembro do ano passado?

GUSTAVO WESTMANN: Não, não estava. Mas é assim que tudo funciona. Eu estou trabalhando agora na presidência do Brasil do BRICS, mas na verdade é uma área dentro do Itamaraty que chama CGBRICS, Coordenação-Geral de BRICS, que tem uma área substantiva e uma área de logística. Eu estou na área substantiva, onde somos cinco pessoas. Acima estão o sherpa e o sub-sherpa. Temos um embaixador, um ministro conselheiro, eu, o segundo secretário e o terceiro secretário. É um grupo muito pequeno. Eu não estava nessa época, foram essas pessoas que sentaram e elaboraram isso, que já vêm trabalhando desde novembro do ano passado. Foi randômico de alguma forma porque era preciso definir uma agenda. A gente não sabia o que ia acontecer, mas não podia deixar morrer, então buscamos ser pragmáticos e tentar focar nos pontos nos quais a gente possa apresentar deliverables. Ou seja, não vamos expandir o BRICS, não vamos ter uma grande ambição. Ao mesmo tempo, sediar a Conferência é bom para o Brasil, sabemos fazer muito bem, temos experiência com isso. Mas, surgem dificuldades, como por exemplo, na questão da Economia Digital. Quem toca essa agenda não é o Itamaraty, em parte é o Ministério da Economia, em parte o Ministério de Ciência e Tecnologia. Só que eles ficaram de fora desse processo inicial, que é um dos grandes problemas de política externa, a falta de planejamento que vinha acontecendo. Você toma uma decisão, mas esquece de consultar quem vai implementar. Outro exemplo é o combate aos ilícitos transnacionais, como lavagem de dinheiro, crime organizado e terrorismo. Qual que é o interesse prioritário do Brasil nisso? A gente apresentou esses temas na primeira quinzena de janeiro, um dos primeiros atos de política externa do Bolsonaro foi enviar uma carta para todos os Chefes de Estado dos países do BRICS dizendo “vamos assumir a responsabilidade e os temas serão esses.”

ANA GARCIA: Havia dúvida, dentro do Itamaraty, sobre como seria o papel do Brasil nos BRICS no novo governo?

GUSTAVO WESTMANN: Sim. Estamos fazendo a lição de casa, mas de uma forma reativa, não vou negar. Eu estava negociando a declaração do Rio de Janeiro dos chanceleres e agora estou trabalhando a declaração dos Chefes de Estado, que vai ser a declaração de Brasília. É uma pauta reativa, falta um planejamento estratégico mais claro. Então, no fundo, estamos entrando um pouco na agenda chinesa, indiana e russa. Terrorismo é uma agenda indiana. Segurança espacial é uma agenda russa e chinesa. Temas em que historicamente tivemos grandes vantagens como biodiversidade, direitos humanos, gênero, etc., hoje não estamos discutindo.

ANA GARCIA: Como o tema do meio ambiente?

GUSTAVO WESTMANN: Sim. Não estamos mais discutindo a Agenda 2030, o acordo de Paris, etc. Na reunião do Rio, nós fizemos o draft 0 e depois voltou um draft 1. Como é que funciona a elaboração? Sentamos à mesa, nós quatro e o pessoal da equipe, e fazemos um brainstorming, por exemplo, para a Declaração de Brasília, a Declaração do Rio, etc. Pensamos “qual é o foco?”. Tinha acabado de acontecer uma reunião do G20, na qual a declaração foi completamente econômica-comercial, já que estava ligada ao G20. Então o foco teria que ser político: segurança, conflitos regionais e agenda interna do BRICS. Os estagiários que trabalham lá no nosso time levantaram, por exemplo, todas as declarações anteriores por tema e aí vimos os temas mais recorrentes, depois cruzamos a pauta com as reuniões que estão marcadas. Desta presidência Brasileira tem mais ou menos cem reuniões oficiais marcadas. Logo nós consultamos as áreas dentro do Itamaraty, da área das Nações Unidas até as áreas geográficas que cuidam do Oriente Médio, Irã, Iêmen, Síria, etc. Esse é o processo num panorama geral. Daí voltando às suas perguntas. Continua sendo o foco de prioridade do BRICS a área que teve mais sucesso, isto é, a área econômica. Então, o grande foco que ainda rege o BRICS, que une esses países, é a reforma das instituições de Bretton Woods. Isso continua no core. Na verdade, vou até além, o discurso é muito sobre a reforma do sistema multilateral, mas o Conselho de Segurança não, isso é tabu. A gente fala até em

reforma da ONU, mas em nenhum momento China e Rússia apoiam a participação do Brasil permanente no Conselho de Segurança. Isso rendeu horas de discussão na mesa com os sherpas. Aí há uma clivagem clara entre Rússia e China, de um lado, e Brasil e Índia, de outro. No final, a gente concordou com a linguagem que vem sendo usada que “China e Rússia concordam com uma participação mais ativa do Brasil, Índia e África do Sul no Conselho de Segurança”. Ou seja, tiramos a palavra permanente. Isso durou duas horas de negociação, para vocês terem uma ideia. Então, continua com foco na reforma. Você vê o sucesso do NDB, apesar dos seus percalços, e do Arranjo Contingente de Reservas (ACR). A aproximação do Brasil dos Estados Unidos, nesse aspecto, obviamente afeta. Por exemplo, na declaração do BRICS a gente teve um problema muito sério quando a Rússia e a China queriam de qualquer jeito fazer uma declaração sobre o Irã, queriam condenar a retirada dos EUA daquele acordo que foi feito com o Irã, e as ações unilaterais que os Estados Unidos vêm tendo. O Brasil falou que não ia condenar isso e não concordou com essa linguagem. Ou seja, existem algumas situações constrangedoras. Essa aliança com os Estados Unidos já mostrou historicamente que não funciona, que não dá certo. Mas não chega a ser um obstáculo, por exemplo, para a atuação dos BRICS. O que acontece é que o Brasil começa a travar alguns temas e as próprias partes já deixaram de trazer alguns temas junto com o Brasil exatamente em razão disso.

ANA GARCIA: Particularmente na área de segurança ou em outros temas?

GUSTAVO WESTMANN: Eu acho que o que tem acontecido, por exemplo, no caso da OMC. Eu fui chamado à serviço para trabalhar no segundo draft, o draft 1, da declaração de Osaka do G20, para fazer a declaração do Rio e deixar o draft 0 preparado para a de Brasília. Então essa foi minha função aqui. Fora as coisas do IBAS também, porque terá uma declaração dos chanceleres à margem da Assembleia Geral. A OMC é um problema. Porque agora o Brasil unilateralmente, depois daquela conversa do Bolsonaro com o Trump, falou que ia abrir mão do seu sistema de preferências na OMC. Só que os BRICS são países de potências emergentes, que muito pelo contrário, defendem a ferro e fogo que os países emergentes ou os países em vias de desenvolvimento tenham um sistema de preferências

para que sejam tratados diferencialmente por razões históricas e uma série de variáveis. Isso foi inclusive uma conquista dos países em desenvolvimento no Sistema ONU, no sistema multilateral de comércio, no GATT. E o Brasil, de repente, de uma hora para outra, quer abrir mão disso. Então, todas as declarações que falam de OMC tiveram que ser revisadas. Por quê? Porque o linguajar já teve que mudar. Já não é mais “os países do BRICS apoiam um Sistema Geral de Preferências para...”. Não. Então, isso teve impactos.

ANA GARCIA: Havia esse tipo de frase nas declarações?

GUSTAVO WESTMANN: Sim. O que se percebe é que começa a ter uma reforma no linguajar adotado. Mas em termos substantivos, até agora eu não vi impactos tão significativos. O que eu vejo, mais do que a aliança com os Estados Unidos, são os impactos mais significativos da nova diretriz de política externa ou a falta dela. Isso sim é que tem abalado totalmente a agenda BRICS.

ANA GARCIA: A Cúpula dos BRICS no Brasil deveria ser um catalisador das relações entre países BRICS e a América Latina, com mecanismos como BRICS Outreach, por exemplo. Qual seria o lugar da América Latina para os BRICS tendo em vista a Cúpula? É um espaço de mercado e de investimentos? É um espaço geopolítico tendo em vista essa questão entre China e Estados Unidos? E se a Venezuela pode ser compreendida como uma espécie de teste para os BRICS, tendo em vista as posições diferentes para a questão da crise na Venezuela?

GUSTAVO WESTMANN: Deixe-me começar por essa parte final, porque a outra eu consigo fazer um contínuo. A parte de Venezuela cria um problema significativo no âmbito do BRICS. E o Brasil tem usado como um poder de barganha inclusive para tratar de temas de interesse dos outros países. Então, enquanto, por exemplo, a Índia tem interesse em condenar o Paquistão. A China, por exemplo, tem uma questão muito sensível com a Coreia que ela quer e não quer tratar. Tem ainda a questão do Irã na qual cada país tem uma percepção diferente. Então dessa mesma forma, o Brasil tem interesse sobre a Venezuela. Esse tema ainda não foi tratado textualmente no BRICS. Mas na última reunião com os chanceleres, o Ernesto Araújo falou bastante sobre isso. Qual é o grande

problema? O Brasil é contra o pouso ou aterrissagem de forças militares de qualquer dos outros países na Venezuela. Essa é a grande coisa que o Brasil veta. O Brasil não está discutindo a questão de intervenção ou não-intervenção. Porque parece que finalmente nosso presidente entendeu que não vai dar para intervir na Venezuela.

ANA GARCIA: Mas a Rússia e China mandaram tropas...

GUSTAVO WESTMANN: Sim, ou seja, nós pedimos e eles não atenderam. Então, isso faz com que o tema seja sensível, sim. Não se consegue incluir, por exemplo, uma declaração sobre a Venezuela no BRICS até agora. Estamos tentando incluir na declaração do Rio. Talvez na de Nova York a gente consiga falar alguma coisa também. Isso, no entanto, é uma dinâmica do BRICS que é muito interessante. Todo assunto polêmico, ele é simplesmente colocado de canto. Por que? Porque o BRICS tem exatamente como função, está na raiz dele, a conciliação de posições entre países completamente diferentes. Inclusive alguns rivais diretos. Em 2017, na Cúpula de Durban, a China e a Índia quase entraram em guerra. Então, são questões que a gente evita dar continuidade. Na mesa, você já entende na hora, levanta-se a bola, daí você olha para o chinês e percebe que não tem a menor chance. Acabou. O que pode acontecer é de falarmos “eu também não vou colocar a questão do seu lado”. Da Coreia, por exemplo. Ou não vamos colocar a questão do Irã. Ou não vão condenar a questão na Síria, que tem interesse russo muito direto. Então, assim, normalmente quando tem um assunto muito polêmico, ele sai da pauta. Por isso eu acho que não vai chegar a prejudicar a dinâmica do BRICS.

ANA SAGGIORO: Ele sai da pauta, mas permanece um desconforto, não?

GUSTAVO WESTMANN: Sim. Ele permanece no discurso. Ele não vem no documento, mas na hora da fala do chanceleres. Eu já participei disso várias vezes na vida, mas essa última do BRICS foi muito interessante, porque o pessoal não sabia bem o que queria. Então, fizeram a sessão filmada do discurso, depois saiu a câmera e ficaram os chanceleres lá em um discurso às portas fechadas, e nessa hora trataram desses temas mais polêmicos.

ANA GARCIA: E quanto ao lugar da América Latina,

a cúpula vai catalisar a relação do BRICS com a região? Vai acontecer o BRICS Outreach?

GUSTAVO WESTMANN: O Outreach não vai acontecer. Sobre a Cúpula vai ser em Brasília, o Conselho Empresarial do BRICS ia ser em São Paulo, que também foi transferido para Brasília para que os Chefes de Estado possam participar da cerimônia de encerramento do Fórum Empresarial. E daí então, a Cúpula será nos dias 13 e 14 de novembro.

ANA GARCIA: Você sabe dizer quantos empresários vêm?

GUSTAVO WESTMANN: A ideia da CNI, pelo que eu tenho falado com eles, é fazer uma coisa realmente grande. Agora, os outros países estão muito desconfiados do Brasil. Eles têm interesses muito fortes no BRICS, por isso que o BRICS ainda não morreu. Mas o que eu vejo é que vai depender muito deles. Mas a nossa expectativa é de que venham muitos empresários. O que aconteceu foi que, a presidência Brasileira — como parte dessa estratégia de conter, de não dar um passo maior que a perna, fazendo o mínimo possível só para dar continuidade, e então passar a bola pra Rússia— decidiu que não vai ter um BRICS Outreach e nem o BRICS Plus. Ou seja, a gente não vai chamar nenhum dos nossos parceiros regionais, o que é péssimo. Inclusive para os parceiros regionais. Tão pouco será aberto à sociedade civil ou outro tipo de interlocutores. Vai ser uma coisa bastante fechada.

ANA GARCIA: Não vai ter o Civil BRICS?

GUSTAVO WESTMANN: Não vai ter. O que eu vejo é o seguinte... Um dos interesses dos demais países do BRICS é exatamente ter um canal com a América Latina por meio do Brasil. O que se vê é que o BRICS tem como parte própria da estratégia ter uma base na América Latina. Fazia parte desde o início do interesse. Obviamente, todos os países capitalizam em cima disso, usando o Brasil como uma referência dentro da América Latina. Mas se formos analisar o BRICS como grupo, talvez só pelo New Development Bank se consiga traçar uma coisa bem concreta relacionada à América Latina. Mesmo assim, o Brasil só recebeu até hoje 6,7% dos financiamentos do NDB. Então, o que se vê na verdade é que os interesses pela América Latina são muito mais individuais dos países. Há toda uma estratégia chinesa, uma estratégia indiana, uma

estratégia russa. Mas muito menos uma estratégia sul-africana, que praticamente não tem. Mas se olhar o BRICS enquanto grupo, não se consegue ver uma preocupação tão específica.

ANA GARCIA: Por exemplo, as Cúpulas na África do Sul tinham a África como um elemento muito importante. Na Cúpula de Johannesburgo, e na Cúpula de Durban particularmente, isso foi muito forte, mostrando a centralidade dos investimentos. Em 2014, a Cúpula de Fortaleza catalisou as visitas de Chefes de Estados aos demais países. Agora a gente não tem notícia se Modi, Xi Jinping ou Putin vão transitar na região antes de ou depois de vir ao Brasil....

GUSTAVO WESTMANN: Não vai ter. Eles vão, se não me engano, para a Cúpula da APEC logo em seguida. Inclusive mudaram as datas da Cúpula dos BRICS, era para ser 14 e 15, virou 13 e 14. Porque daí, logo em seguida, eles vão para a Cúpula da APEC [Cooperação Econômica Ásia-Pacífico]. Não todos, o [Presidente da África do Sul] Ramaphosa não vai. Agora, a vinda pro Brasil nessa falta de foco e nessa indefinição sobre qual o posicionamento do Brasil para América Latina é uma coisa difícil. Eu estou há três meses quase trabalhando com isso, e não se menciona a palavra MERCOSUL, as palavras América Latina. Por isso que os outros países estão até um pouco indignados, porque eles falam: “Estão vindo todos esses caras aqui e você não vai me convidar?”. Desde 2013, tem o BRICS Outreach todos os anos. Desde 2007, tem o BRICS Plus. Então, eu acho que para a América Latina, a presidência Brasileira não vai estar capitalizando quase nada.

ALEXANDRE SOUZA: Eu li um artigo seu na revista Contemporaneidades, da Rural, onde você fala que diplomata não seria um especialista. Então, minha primeira pergunta foge um pouco dessa questão da China e vai nesta direção. Como poderíamos criar mecanismos (ou se já existem, quais seriam as formas de melhorá-los) para fortalecer essa relação dos especialistas com os diplomatas?

GUSTAVO WESTMANN: É um grande problema estrutural. Há uma falta de modernização das instituições e no processo decisório de política externa, que pra mim é um dos grandes obstáculos hoje à própria evolução da política externa brasileira. No sentido de que, não dá mais pra isso continuar fazendo parte

de um grupo seletivo de meia dúzia de embaixadores caquéticos ou de embaixadores jovens ultra-radicais, sem legitimidade vinda da sociedade civil. Hoje em dia, como nunca antes, a política externa faz parte dos assuntos da política interna. Antigamente, se a gente pega para analisar a geração dos meus pais, não estavam nem aí. A única coisa que eles queriam saber é se o Brasil ia entrar em guerra com a Argentina, sei lá... Era uma coisa assim tão distante que nem se sabia o que era o Itamaraty. Hoje em dia, qualquer decisão de política externa, por exemplo o fato de o MERCOSUL assinar um acordo com a União Europeia, isso pode afetar diretamente todos nós. Todo mundo tem uma opinião sobre a Venezuela, mesmo que você não saiba o que está acontecendo. Vai ter alguém que vai falar: “tem que atacar”, “não pode atacar” ou “tem que dar assistência humanitária”. A Argentina, nossa, o que tem de coisa sobre a Argentina... Isso faz parte da nossa vida. E é natural que a sociedade comece a reivindicar espaços ou, no mínimo, mais informação. Então, sendo muito pragmático e respondendo sua pergunta, eu acho que o simples fato de estarmos nos conhecendo já é uma forma de abrir uma porta. Tenho alguns colegas que viraram realmente especialistas em China e estão dando aula para estudantes chineses, estão falando chinês. O CEBRI tem um Conselho Empresarial Brasil-China, um grupo de estudos de China. São pessoas com as quais eu falo com uma frequência bastante grande. Isso vale ouro.

ALEXANDRE SOUZA: Nessa questão da China, estamos mapeando a Belt and Road Initiative na América Latina no que tange aos acordos, investimentos, volume de crédito, etc. A literatura vai apontar certa cautela do ingresso de países como México, Argentina e Brasil nessa iniciativa. A partir da sua experiência, por que a China vem estendendo a Belt and Road para a América Latina, e, por qual motivo a Iniciativa chega no continente somente dois anos depois do seu lançamento? Como você vê isso?

GUSTAVO WESTMANN: A gente fala da Belt and Road na América Latina, mas no fundo são investimentos chineses na América Latina. É difícil você falar em Belt and Road para um lugar que não tem nada a ver com as duas grandes rotas que eles traçaram no plano original. Eles, com uma estratégia de soft power, cunharam o Belt and Road mesmo para a América Latina, ainda que, na verdade, de Belt

and Road não têm nada. Agora, eles disponibilizaram um volume enorme de dinheiro e de recursos, e eles querem ver como eles conseguem chegar aqui.

ANA GARCIA: Os recursos do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) estão vindo para a América Latina nesses países?

GUSTAVO WESTMANN: O Brasil é sócio fundador, né? Uma das ferramentas que a China está usando para soltar esse dinheiro é o AIIB, e o país asiático vai usar o NDB para fazer isso. Mas a África do Sul está no Belt and Road, a Rússia também está, com isso ele já tem dois países que estão ali, só a Índia que não está. Acho que o Brasil poderia capitalizar melhor, mas com uma pressão, também, do próprio setor privado. Porém, quando a gente começa a tomar empréstimo dos chineses para projetos de infraestrutura ou derivados, de alguma forma a gente já tá entrando. O que nós poderíamos fazer? Primeiro nós temos que entender como podemos nos inserir nas cadeias globais de valor relacionadas à Belt and Road. Como? Podemos importar serviço para contribuir com os projetos da Belt and Road; podemos, por exemplo, usar o AIIB, do qual o Brasil é sócio fundador, para puxar o dinheiro pro Brasil por meio do discurso Belt and Road. Nós precisamos sentar e entender que existe uma forma de conseguir investimentos e empréstimos através de parcerias com os chineses. Para quais setores a gente quer? Esses setores têm a ver com a Belt and Road? Caso cruze, como faz para conseguir esses investimentos? Qual o melhor caminho? Enfim, a gente tem de se integrar às cadeias globais. Mas nós precisamos entender o que está acontecendo, e poucas pessoas estão entendendo. Quem está estudando a China, em grande parte está importando literatura estrangeira. Como ninguém aqui fala chinês, todo mundo pega o livro de um americano que escreveu sobre o tema e vai escrever o seu artigo com base nisso. Não é bom ou ruim, mas nós precisamos produzir a nossa própria literatura, a gente precisa ir para o Oriente e falar com os chineses, precisamos entender como que é. E isso não está acontecendo. O grande desafio é entender melhor.

LUCAS REZENDE: Sobre as relações entre a Índia e a América Latina, que vem crescendo, gostaria de saber se você vê algum foco de crescimento destas relações, se direcionam mais para áreas como investimento,

segurança e defesa, ou fica mais voltado para o comércio? Existe uma agenda brasileira junto à Índia para a América Latina?

GUSTAVO WESTMANN: Com relação à Índia, eu diria que ela está saindo de uma posição mais inerte, mais low profile de política externa, para assumir um papel mais ativo e condizente com o crescimento dela. Então, em reação ao próprio crescimento chinês e uma maior influência chinesa nas áreas tradicionais de influência indiana, como o Nepal, Sri Lanka, Maldivas e Butão, isso é uma realidade. Nesse contexto, eles sim traçaram uma estratégia para a América Latina, mas tudo é meio lento... Eles têm um grande problema na Índia que é questão de, apesar de eles terem 1.3 bilhões de pessoas, eles são muito sublotados em termos de financiamento. Um quadro diplomático muito baixo, poucos funcionários públicos. Então, muitas vezes, eles têm muitas ideias, mas eles não têm condições de delivery. De qualquer forma, o que você vê é que a Índia tem colocado uma importância significativa no BRICS. Também tem avançado muito no IBAS, porque ela também está querendo usar o Brasil para canalizar uma entrada para a América Latina. Só para você ter uma ideia, no Brasil, se não me engano, a Índia tem 9 bilhões de dólares em stock de investimentos, enquanto o Brasil só tem um bilhão de dólares em stock na Índia. Ou seja, uma diferença enorme. É interessante porque, embora o governo propriamente não tenha conseguido identificar prioridades, o que você vê é que muitos países da América Latina estão chegando. Todo mundo está abrindo os olhos para a Índia. A Índia é a nova China. Outros países estão chegando e oferecendo uma série de oportunidades, assinando mil acordos, negociando facilitação...

ANA GARCIA: Mais na área de mineração ou em outros setores?

GUSTAVO WESTMANN: Muita coisa na área de energia também. Se não me engano, o maior investimento do país é no setor farmacêutico, mas um dos maiores setores é o de energia. A Índia tem um problema energético seríssimo. Ela precisa importar petróleo em quantidades monstruosas, inclusive para a pauta da balança bilateral. O comércio é expressivo, se não me engano, no ano passado foi pensado de forma isolada, mas foi cerca de 5 bilhões de dólares. O Brasil já foi superavitário, agora o superávit diminuiu

bastante, cerca de 40 por cento do petróleo. Mas os investimentos indianos estão mudando na América Latina. Semana passada, se não me engano, aconteceu, pela primeira vez, uma reunião de sociólogos Brasil-Índia.

ANA GARCIA: Existe um conselho empresarial Brasil-Índia?

GUSTAVO WESTMANN: Não formal. Do setor privado, o Brasil ainda não tem muito interesse. A falta de conhecimento é tanta, a realidade é tão diferente e o apoio governamental é tão pouco, que existe muita reação. E é natural, entendeu? Pois você se pergunta: o que é a Índia? Como é que o indiano negocia? O médio empresário, ainda mais agora que cortaram em todos os financiamentos de exportação em cerca de 10 milhões, ficou muito indigno. Para ele é mais fácil focar no mercado da América Latina. Então, o que você vê é a falta de interesse que acaba se refletindo nesse mecanismo. Por exemplo, o nível de políticas bilaterais ainda é muito baixo. Eu fiquei na Índia sete meses e meio e, durante esse tempo, não foi nenhum ministro brasileiro para lá. Foram alguns generais e assistentes militares para uma cooperação na área de defesa que é bastante expressiva. O que nós temos para olhar é o seguinte: A Índia foi elevada a parceira estratégica do Brasil. O Brasil tem parceria estratégica com somente oito países. O Itamaraty já criou uma divisão de Índia. O problema é que, essa parceria estratégica, que foi criada em 2006 pelo governo Lula, gerou alguns encontros, gerou bons resultados, muitos grupos de trabalhos, uma dinamização, mas ela ficou muito congelada. Desde o encontro com o Modi em Goa não tem uma reunião de Chefes de Estado oficial. Só se conta como visita oficial quando é no território do país, Bolsonaro encontrou com Modi em Osaka, mas isso não é contado como visita oficial, mas sim como um encontro de Chefes de Estado. A última visita oficial foi em 2016, em Goa, por causa da Cúpula dos BRICS lá. Então, para importância nacional, esse mecanismo que foi criado por meio da parceria estratégica, se mostrou completamente outdated. Existe uma COMISTA (comissão bilateral mista), onde se junta os dois países com todas as áreas, e senta-se na mesa de negociação. O que acontece é que não acaba tendo tempo para ninguém falar tudo o que deveria. Por exemplo, uma coisa que outros países estão fazendo com a Índia são os encontros de líderes.

A Índia já tem com o Putin, Xi-Jinping, Trump. Eles se encontram anualmente desde que o mecanismo institucionalizado foi criado. O Brasil não consegue fazer uma reunião de Ministros.

LUCAS REZENDE: E como a questão dos conflitos na Caxemira entram no contexto da Belt and Road e envolvem os países dos BRICS que estão ali?

GUSTAVO WESTMANN: De acordo com a carta da ONU, a região é dividida em três áreas, sendo uma indiana, uma paquistanesa e uma chinesa. A Índia nunca reconheceu as ocupações paquistanesas e chinesas, mas a parte da China já está meio perdida. Existe uma grande disputa na área paquistanesa que fica nos territórios do Norte. Com a ascensão do Modi e sua entrada bastante inclinada à direita, associado aos movimentos ultrarradicais, ele retomou a questão da Caxemira. Obviamente não contribuiu nem um pouco o atentado do grupo terrorista paquistanês ao comboio de militares indianos, pois a situação estava um pouco mais calma, o que fez com que os indianos reagissem. Modi foi reeleito com uma maioria absoluta, e, com isso, ele ganhou uma moral sem precedentes. Mas, depois das eleições, Modi refletiu e pensou “agora eu posso tudo”, e ele acabou sofrendo uma maior pressão da extrema direita para ser mais reigente com a relação à Caxemira. Isso foi ruim, porque os Caxemires não odiavam a Índia ou o Paquistão. Eles queriam ser eles. Depois disso, eles estão odiando a Índia. Então, a Índia pode até conquistar o território geográfico, mas não a população. Eles odeiam a Índia hoje em dia. Primeiro, eles são muçulmanos. Segundo, depois da instalação de um toque de recolher, sendo que o território já estava todo ocupado, as pessoas sendo sempre revistadas, acaba sendo humilhante. Eu mesmo, com um passaporte diplomático, tive que passar por umas 20 revistas no aeroporto. Então, essa é uma situação bastante sensível. O que eles (Índia) estão fazendo, é empurrar cada vez mais para a órbita de influência chinesa o Paquistão, o Afeganistão, todos esses países que passam em volta da região e são muçulmanos. Ou seja, para mim, foi um tiro no pé. Com isso, o terrorismo se tornou o principal tema da Índia atualmente.

ANA GARCIA: Esse tema é tão central para Índia na declaração da Cúpula dos BRICS por causa do Paquistão?

GUSTAVO WESTMANN: Esse tema tão central porque, historicamente, ela é uma vítima de muitos ataques terroristas. Eu estava assistindo aquele filme “Hotel Mumbai” de 2008. Mumbai foi completamente sitiada e foram 12 ataques terroristas coordenados, foi um massacre. Obviamente, grande maioria desses terroristas vem do Paquistão, porque o país sempre foi terrorist friendly e faz fronteira com a Índia. A porosidade da fronteira faz com que seja mais fácil a entrada, inclusive pelo estado da Caxemira, mas a grande maioria da fronteira com o Paquistão está nos estados de Punjab e Lahore, como se sabe... Mas a grande questão da Caxemira é a água, mais do que qualquer outra coisa, porque naquela região a Índia tem um problema de recursos hídricos fortíssimo. Também tem muita seca... tem enchentes e seca. E grande parte da água da Índia vem da região que é da Caxemira. Tem uma série de outras questões, como posição geográfica, mas uma das grandes questões é a água.

ANA CAROLINA: Eu queria saber mais sobre o Novo Banco de Desenvolvimento. Como será a presidência do banco pelo Brasil? Quem será o presidente indicado para o banco?

GUSTAVO WESTMANN: O banco tem um presidente, e está na hora do Brasil eleger um. Os vice-presidentes são indicados pelos outros países. No caso do Brasil, tem um vice-presidente de Assuntos Estratégicos e Risco. Nós estávamos com Paulo Nogueira Batista, que também foi o representante do Brasil no FMI quando ele estava em Washington. Ele saiu e nós indicamos o [José Buainain] Sarquis, que é o atual vice-presidente brasileiro e é um diplomata tradicional. Ele fez uma campanha para virar presidente do banco, e tem apoio de uma pessoa que era secretário de Planejamento, que era muito forte no governo. Mas ninguém sabe ainda quem vai ser o presidente, nem ele sabe. Isso é ruim. Porque se já soubesse, conseguiria criar uma melhor previsibilidade. Ao ter essa dúvida no processo de decisão, você cria uma paralisação na hora do rumo do banco. A ideia da criação do banco foi genial. Realmente, foi uma ferramenta alternativa para as coisas mais concretas. Os países estão fazendo os aportes. Até 2022, são 10 bilhões de aporte já garantidos, de um total de 50 bilhões. O banco, agora, está com um total de 10 bilhões de projetos aprovados, são 35 ou 36 grandes projetos, dos quais 620 milhões é para o Brasil.

A expectativa é que a gente aprove mais 1.5 bilhões do Brasil até o fim do ano. A ideia é que o banco acumule um estoque de investimentos entorno de 15 bilhões até o fim do ano. Eu acho difícil que isso aconteça. Por que? O NDB tem um grande problema, pois, apesar do banco ter garantido um rating AA e conseguir tomar dinheiro no mercado um pouco mais barato e ainda poder subir de nível e ser melhor classificado, as ferramentas institucionais são muito lentas. É muito lento para você conseguir tomar empréstimos. E a taxa de juros cobrada não é tão conveniente, é a mesma coisa que você pegar o empréstimo diretamente com os chineses. Então, todo aquele discurso por trás do NDB, de ser um novo banco para o desenvolvimento, com foco em áreas específicas, mas, para a pessoa que está tomando o investimento (que é quem vai ter que pagar juros), acaba preferindo pegar um empréstimo em outros meios. Como o processo está sendo muito lento e o banco não tem condições tão corporativas, isso gera um pouco de desafios na hora do desembolso. As garantias têm de ser muito grandes para apresentar. Acaba sendo algo complexo.

ANA GARCIA: A África do Sul só tem três projetos aprovados até agora, e lá há denúncias de corrupção...

GUSTAVO WESTMANN: Mas são uma fortuna esses três projetos. Tem que tomar um pouco de cuidado com isso. Eu estava em Cape Town, na África do Sul, fui acompanhar a reunião do Board of Governors, do NDB. Foi uma delícia porque fui pra Cape Town que eu não conhecia ainda, mas eu nunca me senti em uma viagem que eu perdi tanto tempo da minha vida. Eles falavam, falavam e falavam, mas não decidiam nada. Para se aprovar a expansão do banco, existem três documentos que estão sendo discutidos. E a gente não consegue entrar em um consenso ainda. Um deles se refere a que tipo de país; o outro a que título de integralização – ou quanto cada país vai ter que dar e a questão do nível de análise de risco desse país para entrar no banco. Foi apresentada em 2018 uma lista de 20 países elegíveis para a gente começar a nova etapa de outros países integrarem o banco. Nós chegamos à conclusão que primeiro ele precisa se tornar um banco efetivamente internacional – pois se a gente quer que ele contrabalanceie o Banco Mundial, o FMI ou as instituições de Bretton Woods, ele precisa realmente se internacionalizar. Não dá para apresentar empréstimos só para cinco países. Segundo, se você trazer mais

países para o bloco, você consegue diminuir a taxa de risco e com isso aumentar o rating, e aumentando o rating, você consegue fazer com que o banco pegue empréstimos mais baratos. Então, o critério de renda do país, o volume do PIB, o PIB per capita e uma série de outras variáveis. Nas Américas foram Chile, México, Panamá, Peru e Uruguai. Na África foram Botsuana, Gabão, Namíbia, Nigéria e Quênia.

ANA GARCIA: Esses países entrariam primeiro para depois tomar os empréstimos?

GUSTAVO WESTMANN: Existe esse critério, que também é outro ponto de discussão. Agora, como um país que já é muito pobre vai conseguir integralizar capital? Então, para os chineses, deve-se incluir esses países na lista, não precisando integralizar capital, mas entram como elegíveis para receber empréstimos. No entanto, tem gente que fala que não tem como. Como é que você consegue chegar a um consenso entre os países? O Brasil é um grande defensor da expansão. Mas principalmente a Índia, África do Sul e Rússia têm muitas divergências sobre esses critérios dos países que vão entrar ou não. Foi assinado o acordo para abrir o Regional Office para as Américas em 2018. Então vamos abrir o escritório para o Brasil em São Paulo, com um sub office em Brasília.

ANA GARCIA: Como está o processo de abertura do escritório regional em São Paulo?

GUSTAVO WESTMANN: Era para abrir agora, nesse ano. Ao abrir o escritório, vai ficar muito mais fácil de atrair investimento para o Brasil. Isso porque ele vai prospectar investimento na região, ele vai ser um braço ativo aqui.

ANA GARCIA: O de Johannesburgo funcionou nesse sentido?

GUSTAVO WESTMANN: Sim. Esse recurso de ter um office regional é muito bom, e a ideia é que se abra um na Índia em 2020. Só que qual é o grande problema? Na hora que se estuda a burocracia brasileira para abrir um acordo-sede, ele vai ter que ter direito a todas as unidades diplomáticas, tributárias. É uma coisa muito razoável. E isso está totalmente travado, a gente não consegue fazer andar. Temos feito muita pressão para que a gente consiga abrir esses escritórios oficiais ainda esse ano.

ANA GARCIA: Para concluir, nossa curiosidade era entender melhor o que para a China significa o NDB. A China tem seu grande banco de desenvolvimento (o CDB) e ela é a liderança no AIIB. Então, qual é o papel do NDB nessa estratégia chinesa? É a internacionalização da moeda? É comandar esses ambientes multilaterais que não estão necessariamente na órbita dos Estados Unidos?

GUSTAVO WESTMANN: Eu acho que é isso. Ela tem visto isso como uma forma de transformar o multilateralismo de uma forma que seja mais a favor dela mesma. Muito embora ela tenha todos os mecanismos financeiros regionais, o NDB envolve países de todas as regiões do mundo. É uma forma dela se projetar, desde formas instrumentais, como com práticas econômicas e financeiras através de soft power. É a maior ferramenta hoje que ela tem para advogar uma reforma nas instituições de Bretton Woods, entendeu? Porque se ela vier com o AIIB ou o Banco de Desenvolvimento da China, vai ser visto como algo da China e menos multilateral. Ao reforçar o espaço do NDB, ela está lutando por uma reforma e aumentando sua influência com o apoio de parceiros de outras regiões do mundo e de economias emergentes. Às vezes, eles tentam instrumentalizar o NDB para o interesse deles, e quando eles não conseguem, eles arranjam outro jeito. Mas, para eles é de uma grande relevância, tanto que eles que são os grandes dinamizadores do Banco, com escritório em Shanghai... São eles que fazem o banco acontecer, na verdade.

BOLETIM LIERI

Laboratório Interdisciplinar de
Estudos em Relações Internacionais



SOBRE O LIERI

O Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Relações Internacionais (Lieri) é um núcleo de pesquisa que reivindica uma abordagem interdisciplinar das relações internacionais, valorizando as diversas contribuições dos especialistas das áreas das Humanidades. O grupo agrega pesquisadores com diferentes formações acadêmicas, como historiadores, economistas, cientistas sociais, cientistas políticos, geógrafos, especialistas em Relações Internacionais, dentre outros pesquisadores das Ciências Humanas que têm objetos de estudo ligados às Relações Internacionais. Sua formação se originou de uma iniciativa de professores e alunos ligados ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). As atuais linhas de pesquisa do grupo são: História das Relações Internacionais; Política externa e relações internacionais do Brasil, Economia Política Internacional, Segurança Internacional, Teoria, Instituições e Relações Internacionais.

www.laboratorios.ufrrj.br/lieri/

www.facebook.com/lieriufrrj/

lieri@ufrrj.br

Coordenação: Ana Saggiaro Garcia e Caio Bugiato

Diagramação: Ana Carolina Aguiar